



The Observatory of Social  
and Political Elites of Brazil

ISSN on line  
2359-2826

## **Por que ministros são demitidos do gabinete? Uma análise dos governos do PSDB e do PT**

Paulo Franz (nusp-ufpr)

**newsletter**

v. 4 ▪ n. 4 ▪ abril, 2017

universidade federal do paraná (ufpr) ▪ núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

## Por que ministros são demitidos do gabinete? Uma análise dos governos do PSDB e do PT

### Why are ministers fired? An analysis on the PT and PSDB governments

**Paulo Franz (nusp-ufpr) \***

**Resumo:** Exonerações ministeriais podem ocorrer por uma série de fatores: conflitos políticos, denúncias de corrupção, mau desempenho, etc. A partir da cobertura da imprensa, do perfil de carreira e filiação partidária, analisamos as razões de saída dos ministros de Estado no Brasil entre 1995 e 2014. Para isso agregamos as motivações para saídas ministeriais em sete categorias a fim de comparar os governos do PSDB e do PT. Os dados mostram que a taxa de permanência dos ministros no Brasil é muito baixa, independentemente do partido no governo. Essa instabilidade é resultado das frequentes reformas ministeriais feitas pelos presidentes. O padrão apresentado em todos os governos analisados sugere que a instabilidade ministerial no Brasil deva ser analisada à luz das características do presidencialismo de coalizão.

**Palavras-chave:** estabilidade ministerial; PT; PSDB; reformas ministeriais; presidencialismo

**Abstract:** Ministerial exonerations may occur by a series of factors: political conflicts, corruption allegations, low performance, etc. Based on press coverage, career profile and party affiliation, we analyzed the reasons for the departure of the state ministers in Brazil between 1995 and 2014. To do this we added the motivations for ministerial exits in seven categories in order to compare the governments of the PSDB and the PT. The data shows that the rate of permanence of the ministers in Brazil is very low, independently of the party in the government. This instability is the result of frequent ministerial reforms by presidents. The pattern presented in all the governments analyzed, suggests that the ministerial instability in Brazil should be analyzed considering the characteristics of coalitional presidentialism.

**Keywords:** cabinet stability; Brazil; PT; PSDB; ministers; presidentialism

#### Problema de pesquisa

O objetivo desta *newsletter* é explorar as causas de exonerações ministeriais no Brasil durante um período de relativa estabilidade política, e que se situa entre dois mandatos presidenciais interrompidos por processos de *impeachment*: do primeiro governo liderado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 1999) até o primeiro governo liderado pela ex-presidente Dilma Rousseff (2011 a 2014). Todos com tempo de duração exata de 4 anos.

Além disso, procuramos estabelecer uma comparação entre os governos dos PSDB e do PT, no intuito de identificar em qual dos dois governos houveram mais saídas por reformas ministeriais, crises políticas, escândalos de corrupção, eleições, etc.

“Quedas ministeriais” costumam ganhar destaque e a posicionar os governos nas manchetes da imprensa nacional, rendendo constantes especulações no noticiário. A preocupação da opinião pública com tais movimentações no primeiro escalão do poder Executivo se justificaria pelo fato de que mudanças na formação do gabinete ministerial seriam a expressão de transformações na gestão ou nas alianças políticas de governo (ou as duas coisas), encabeçadas pelo presidente da República.

Apesar disso, são poucos os estudos que focam sobre as razões que motivam exonerações e demissões ministeriais (Camerlo 2013; Pérez-Liñán & Camerlo 2013). Análises que sistematizem um olhar sobre essas saídas ainda são muito escassas, principalmente no Brasil.

A partir disso, exploramos o noticiário acerca de todas as demissões e substituições envolvendo ministros titulares e interinos que tenham ocupado efetivamente o cargo por, ao menos, dois meses, ocorridas entre 1995 e 2014. Dessa coleta, agregamos as informações em 7 diferentes categorias que expressariam as razões de saída antecipadas dos ministros no Brasil.

Também coletamos dados referentes à carreira prévia política e profissional desses ministros, assim como sua filiação partidária no momento da exoneração. Nosso intuito é cruzar essas informações, a partir das quais podemos identificar alguns padrões presentes nas “estratégias de demissão” ministerial.

## Saídas ministeriais

O gabinete ministerial não é responsivo pelas políticas do governo apenas coletivamente, mas também individualmente. Isso significa que um único ministro pode ser responsabilizado por determinadas políticas, tanto de forma positiva quanto negativa. Assim, não surpreende que a equipe montada pelo presidente da República no início de sua gestão seja reformulada ao longo, e não apenas após o término, do mandato presidencial.

Estabilidade ministerial tende a ser uma preocupação constante de um governo. Frequentes mudanças no primeiro escalão do poder executivo “dificultam a implementação de avaliação do desempenho do serviço público” (Praça et al. 2012, p.96), além de indicar a descontinuidade de políticas amplas que necessitariam maior tempo para surtirem efeitos, também pode ser sintoma do enfraquecimento político do chefe de Estado<sup>1</sup>.

No presidencialismo multipartidário, como o Brasil, essa interpretação toma proporções ainda maiores, quando assumimos que líderes de partidos da coalizão podem ter tanta ou mais influência sobre seus correligionários no gabinete do que o próprio presidente (Fischer et al. 2012).

Em um levantamento feito em 2008 verificou-se que nas democracias parlamentaristas europeias aproximadamente dois terços dos ministros nomeados ocupavam por tempo integral os seus cargos. Ou seja, as datas de posse e de saída desses ministros coincidiam com as do Primeiro Ministro (Huber & Martinez-Gallardo 2008, p.171). A título de comparação, nossos dados sobre o Brasil revelam que essa parcela cai para 17%. A regra, para o nosso caso, parece ser a saída.

Desse ponto de vista, a expressão “estratégias de demissão”, usada na seção anterior, pode parecer esdrúxula (e inclusive denotar mais consciência dos atores sobre as remodelações da equipe de governo do que realmente acontece).

Entretanto, exonerações ministeriais podem sim significar mais do que apenas afastamento de funcionários por acidentes de percurso ou inabilidade política.

Na verdade, o poder de nomear, demitir, substituir ministros de Estado, independentemente do tempo de mandato presidencial, configura uma carta na manga do presidente da República.

---

<sup>1</sup> Por vezes, a suposta fraqueza política da ex-presidente Dilma Rousseff era, segundo a imprensa, expressada pelas constantes substituições nos ministérios: “Dilma trocou ministros 86 vezes desde que assumiu”

[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160419\\_dilma\\_ministros\\_jf\\_lk](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160419_dilma_ministros_jf_lk) Acesso em: 1 de abril 2017.

Assumimos que, no presidencialismo de coalizão, exonerações e reformas ministeriais consistem em ótimas válvulas de escape para eventuais estratégias políticas do presidente da República e seus aliados, tanto na formulação e implementação de políticas públicas consideradas prioritárias, quanto na articulação de apoio político ao governo.

Saídas ministeriais podem servir, portanto, para resolver conflitos intrapartidários, melhorar relações políticas com o poder legislativo, inserir e reacomodar partidos da base aliada, ampliar diálogo com determinados setores da sociedade civil, redirecionar políticas públicas, ou até mesmo anular poder de ministros/partidos que lançam mão dos cargos por ambições políticas que extrapolem (ou até mesmo contrariem) os objetivos do presidente (Kam & Indridason 2005, p.332).

Do ponto de vista administrativo, substituições ministeriais também poder ser positivas por facilitarem a oxigenação de ideias e novas soluções sobre problemas que digam respeito à pasta ministerial reformulada (Praça et al. 2012).

Da mesma forma, a rotatividade em cargos públicos pode favorecer a criação de pontes informais de comunicação entre diferentes órgãos, visto a experiência prévia de ministros nomeados em outras áreas da administração, o que dificilmente ocorreria com órgãos absolutamente estáveis (Schneider 1991).

Feita essa ponderação sobre o fenômeno, e antes de passarmos à análise dos dados relativos às saídas ministeriais no Brasil, cabe uma breve nota metodológica sobre as categorias usadas neste trabalho.

## Método

Os dados aqui apresentados dizem respeito aos mandatos ministeriais. Isso significa que se um ministro ocupou a mesma pasta ministerial ao longo de dois mandatos presidenciais, ele estará duplicado em nosso banco de dados.

Da mesma forma, foram somados aqueles indivíduos que chefiaram mais de uma pasta ministerial, mesmo que apenas durante um mandato presidencial. Disso resulta que a nossa unidade de análise são os mandatos, não os indivíduos, e os resultados dos testes estatísticos aplicados neste trabalho partiram de um número total de **327 casos**.

Um segundo ponto diz respeito à nossa classificação pela carreira prévia dos ministros.

Nossa classificação separa *políticos profissionais* de *não políticos* (uma denominação mais apropriada do que "técnicos"), conforme o setor de origem profissional predominante dos indivíduos. Isso permite comparar os tipos que estariam sendo priorizados pelos diferentes presidentes em suas estratégias de nomeação ministerial e os respectivos perfis dos governos. O critério básico para classificação dos ministros em políticos e não políticos foi a análise da carreira dos últimos quatro cargos ocupados antes da posse na pasta ministerial.

Ministros no Brasil são, em geral, indivíduos com carreira profissional muito longa e intensa rotatividade, passando por inúmeros cargos de natureza muito diversa (públicos, privados, nomeados, eletivos, por concurso, etc.). Isso, porém, não impede que se note *padrões de carreira* diferentes.

Classificamos como *políticos* os ministros de Estado que ocuparam nos últimos quatro postos majoritariamente (ou seja, 50% ou mais): i) cargos de natureza eletiva (vereador, prefeito, deputado, senador, governador), ii) cargos partidários (membros, secretários e presidentes de diretórios regionais e nacionais, assim como executivas municipais, estaduais e nacionais de partidos políticos) e iii) cargos de nomeação em primeiro escalão (secretário municipal, secretário, ministro de Estado).

Como *não políticos*, classificamos os ministros que passaram a maior parte de suas carreiras, bem como os últimos quatro cargos antes de sua posse ministerial, em cargos por concurso e/ou em posições de confiança de médio e baixo escalão, além de professores, acadêmicos e executivos privados.

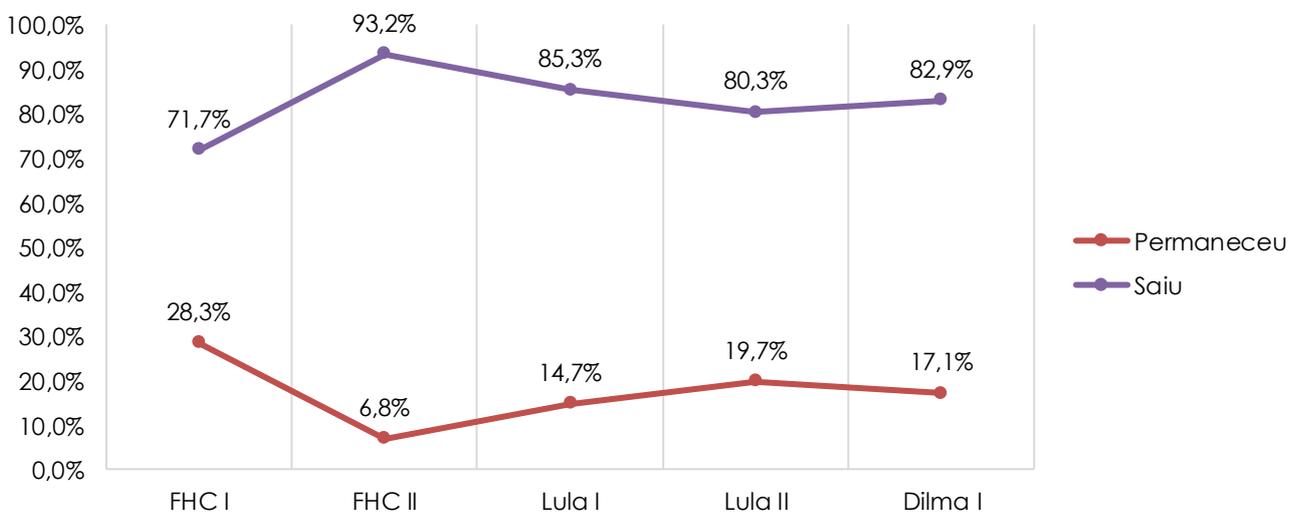
Por último, nossas categorizações partiram de um amplo leque de fontes: sobre o tempo de permanência dos ministros, usamos os dados disponíveis no *site* da Biblioteca da Presidência, onde consta a data de entrada e de saída de todos os ministros de Estado; sobre carreira prévia e filiação partidária dos ministros, usamos os verbetes do *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas. As razões de saída antecipada dos ministros foram categorizadas a partir das notícias sobre suas exonerações em diversos portais de notícias.

### Quem sai? E por quais razões?

Como já foi dito acima, ministros brasileiros tendem a ser exonerados com mais frequência do que em outros países.

No gráfico 1, calculamos a proporção de ministros de que permanecem durante todo o mandato presidencial, e o percentual daqueles que saem antecipadamente. Para compararmos, estratificamos os resultados pelos 5 governos entre 1995 e 2014.

Gráfico 1. Ministros de estado que permaneceram e saíram do gabinete, por governo (1995 a 2014)



Pearson Chi Square: 9,731(.045)

Número de casos: FHC I: 53; FHC II: 59; Lula I: 68; Lula II: 71; Dilma I: 76

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (<http://observatory-elites.org/>)

A proporção de ministros que permanecem no gabinete ao longo de todo um governo é muito menor que a de ministros que saem antecipadamente.

Dentre os governos analisados, o primeiro mandato de FHC foi o que apresentou maior estabilidade, com quase 30% dos ministros permanecendo no gabinete entre 1995 e 1998. Mesmo assim, isso significa que dos 53 ministros nomeados neste período, 38 saíram antes de concluírem o mandato.

O governo exatamente posterior foi o que apresentou maior instabilidade ministerial. De 1999 a 2002, Fernando Henrique Cardoso substituiu 55 dos 59 ministros nomeados, e o seu gabinete apresentou uma taxa de permanência de apenas 6,8%, a mais baixa entre todos os governos aqui analisados. Com uma exceção estratégica (o militar Adalberto Cardoso, então ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional), os ministros que permaneceram até o fim do segundo governo FHC eram figuras próximas e de confiança do presidente, não tinham experiência prévia em cargos eletivos, e possuíam carreira consolidada no campo acadêmico. Eram eles: Francisco Weffort (Cultura), Paulo Renato (Educação), e Pedro Malan (Fazenda). Os três também permaneceram ao longo de todo o primeiro mandato tucano.

Os sucessivos governos do PT apresentaram taxas de permanência dentro da média apresentada pelos governos do PSDB, variando entre 80% e 85% de ministros que não saíram no curso de um mandato presidencial. Cabe mencionar alguns nomes que ocuparam o cargo por tempo integral mais de uma vez. São os casos de: Celso Amorim (Relações Exteriores), Guido Mantega (Fazenda), Jorge Armando Felix (Gabinete de Segurança Institucional), Jorge Hage (Controladoria Geral da União), e Paulo Bernardo (Planejamento no segundo governo Lula e Comunicações no primeiro governo Dilma).

Diferentemente dos casos extremos relativos aos governos tucanos (enunciados acima), este grupo (novamente com a exceção de um ministro militar, neste caso Jorge Felix) possuía um significativo capital político prévio. Jorge Hage e Paulo Bernardo já haviam ocupado cargos eletivos antes de suas nomeações. Guido Mantega tinha forte vínculo com o partido do presidente. Todos já haviam ocupado previamente algum cargo administrativo de primeiro escalão, com destaque para Celso Amorim, que já havia sido ministro interino da mesma pasta, no final do governo Itamar Franco.

As motivações para as saídas antecipadas dos ministros são muitas.

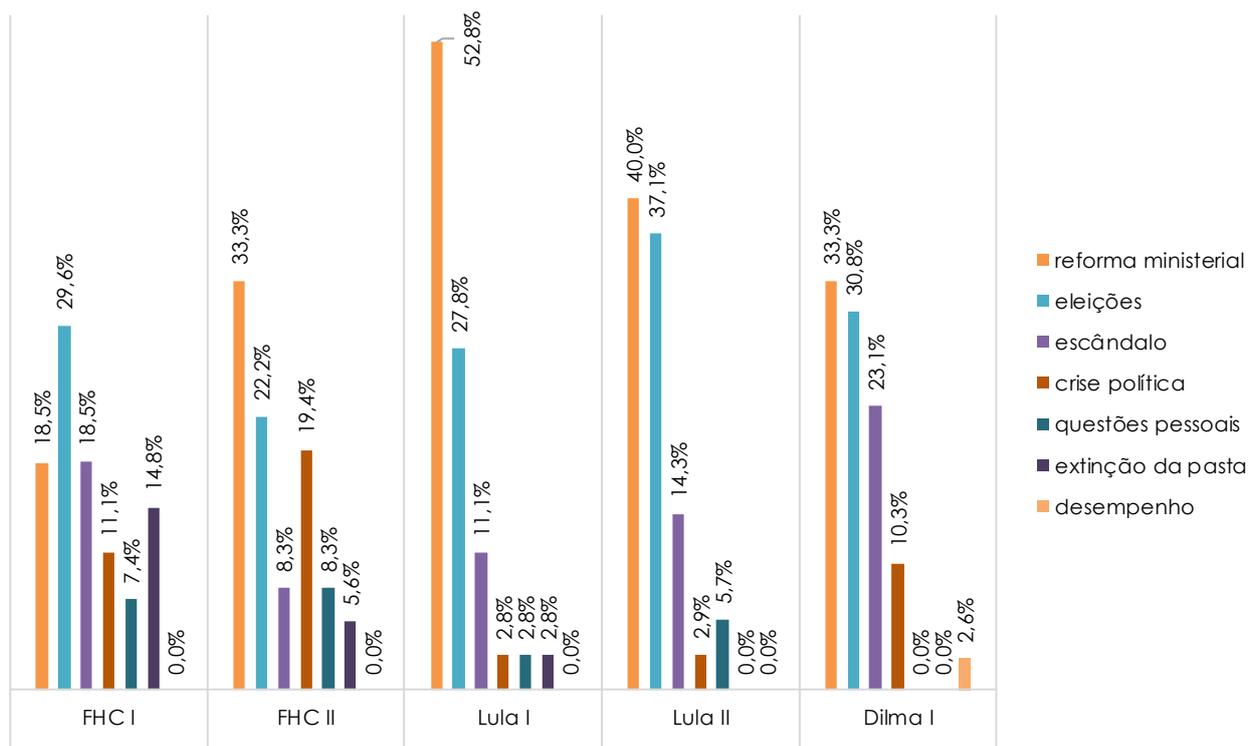
Excluindo os ministros que saíram do gabinete somente no fim do governo (incluindo aqueles que entraram no gabinete no decorrer do mandato), concentramos nossa análise sobre 173 exonerações e substituições ministeriais entre 1995 e 2014, e as agregamos em 7 razões de saída:

- *escândalos* (saída por pressão midiática/popular, em geral motivados por indícios de corrupção),
- *extinção da pasta* (reforma do Estado através de fusões, perda de *status* ministerial, ou extinção do órgão),
- *questões pessoais* (saúde, família, opção profissional),
- *reforma ministerial* (mudança robusta que envolve um número maior de substituições),

- *crise política* (saída que resultaram por embates entre atores e/ou partidos no gabinete),
- *eleições* (saídas motivadas pelo calendário eleitoral, visando a candidatura do ministro),
- *interinidade* (ministros que ocuparam o ministério de maneira efetiva apenas temporariamente).

Novamente, são poucas as diferenças entre os cinco governos analisados.

Gráfico 2. Razões de saída antecipada dos ministros de estado, por governo (1995 a 2014)



Pearson Chi Square: 45,360 (.020)

Número de casos - FHC I: 27; FHC II: 36; Lula I: 36; Lula II: 35; Dilma I: 39

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (<http://observatory-elites.org/>)

As categorias são muitas (7 para cada período) para um número não muito alto de casos (173 ao todo), mas de qualquer maneira o Gráfico 2 deixa evidente o papel das reformas ministeriais no presidencialismo de coalizão.

Implementada geralmente para a realocação da base aliada, a reforma ministerial é a carta na manga mais usada pelos presidentes para reorientar suas estratégias políticas e administrativas “com a bola rolando”, isto é, sem interrupções drásticas no governo.

As possíveis inserções de novos atores no gabinete através dessas reformas podem inclusive resolver impasses de articulação política com Congresso Nacional, como paralisias decisórias (Amorim Neto 2000).

Entre 1995 e 2002, nos governos tucanos, essas reformas contemplaram um quarto de todas as exonerações no primeiro escalão. Nos governos do PT essa proporção chega a 41%, com destaque para o primeiro mandato de Lula, em que mais da metade (19 de 36) das exonerações/substituições foram feitas em âmbito de reformas ministeriais.

Eleições são a segunda maior razão por saídas ministeriais antecipadas.

Para viabilizar legalmente sua candidatura eleitoral, um ministro de Estado precisa se desincompatibilizar de seu cargo de 4 a 6 meses antes das eleições daquele ano, dependendo do cargo<sup>2</sup>. Por isso, entre fins de fevereiro e abril dos anos eleitorais, uma parcela significativa do gabinete (principalmente a parte composta por ministros com carreira prévia em cargos eletivos, como veremos adiante) tende a ser reformulada pelo presidente, não necessariamente por sua vontade, mas pela ambição política de seus recrutados. Em média, 29,5% dos ministros que foram exonerados no período, saíram por causa do calendário eleitoral. A maior proporção foi apresentada no segundo governo Lula (37,1%) e a menor no segundo governo FHC (22,2%).

Escândalos constituem o terceiro maior fator explicativo de exonerações ministeriais, e ocorreram principalmente no governo Dilma I.

Em geral, os escândalos que resultaram nas demissões ministeriais desse período estavam relacionados majoritariamente a desvios de conduta circunscritos em suas respectivas pastas, com exceção das demissões que ocorreram em junho e julho de 2005, motivadas pelas denúncias do Mensalão. Foram os casos de Luiz Gushiken (Secretaria de Comunicação Social) e Zé Dirceu (Casa Civil). Os ministérios com maior número de saídas envolvendo escândalos foram os da Casa Civil, Defesa, Trabalho, e Transportes, com 3 ocorrências cada um, das 26 que ocorreram no total.

Extinção da pasta, crise política, e questões pessoais foram razões muito mais presentes nos governos do PSDB do que nos governos do PT. Saídas por extinção da pasta ministerial ocorreram sobretudo nos governos tucanos principalmente devido à fusão das pastas militares (Exército, Marinha e Aeronáutica) no Ministério da Defesa.

Já os embates ocorreram principalmente em pastas de natureza econômica (como o desgaste da ministra da Indústria, Comércio e Turismo, Dorothea Werneck, com o resto da equipe econômica do primeiro governo FHC) e social (casos de Adib Jatene e Carlos Albuquerque, ambos ministros da Saúde no primeiro mandato tucano e que saíram por conflito com o presidente). Nos governos do PT, a Secretaria de Relações Institucionais também foi alvo de substituições duas vezes, muito devido à falta de manejo político do governo com a base parlamentar. Na ocasião, Ideli Salvatti e Luiz Sérgio Nóbrega (ambos no primeiro governo Dilma) foram exonerados.

Como veremos a seguir, chama a atenção que todos os ministros demitidos por crise política durante os governos do PT tenham sido políticos de carreira, ao passo que nos governos do PSDB houve uma grande proporção de técnicos que foi afastada por razões semelhantes.

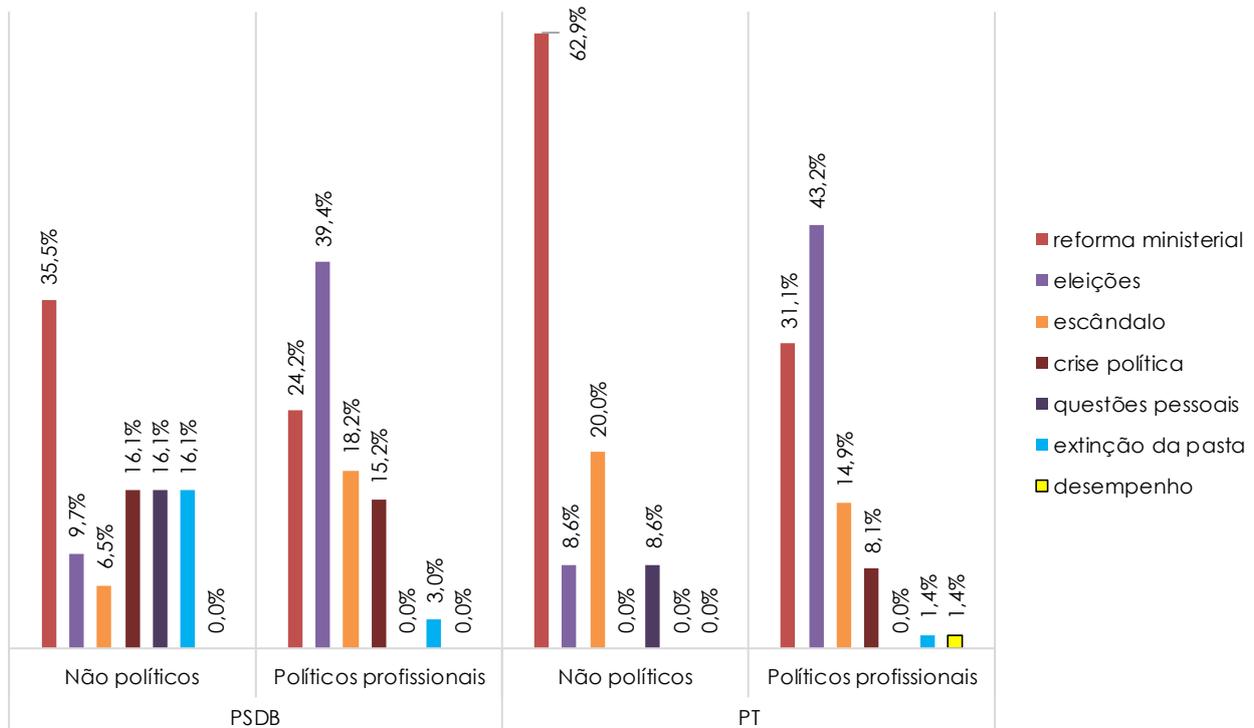
---

<sup>2</sup> A legislação sobre desincompatibilização de Ministros de Estado pode ser vista aqui: <http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/desincompatibilizacao/ministros-de-estado> Acesso em 18 abril 2017.

Com o intuito de não fragmentarmos tanto os dados, agregamos os governos em duas categorias a partir do partido dos presidentes.

No Gráfico 3, separamos os ministros do PSDB e os ministros do PT em duas categorias seguindo o critério de carreira: políticos e não políticos. E, novamente, as diferenças entre os dois governos são pequenas.

Gráfico 3. Razões de saída antecipada por perfil de carreira (PSDB x PT)



Pearson Chi Square – PSDB: 22,851 (,011); PT: 26,519 (,009)

Número de casos – PSDB: 64; PT: 109

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (<http://observatory-elites.org/>)

Entre os perfis de carreira, as diferenças afloram, mas a semelhança nos parece curiosa: a proporção de ministros que saem por escândalos é muito parecida entre políticos e não políticos. Nesse sentido, o desvio de conduta no poder executivo não parece um atributo exclusivo apenas de sua parcela política.

Fora isso, encontramos diferenças significativas entre os dois perfis de carreira.

Como já havíamos adiantado, políticos tendem a sair do gabinete principalmente por motivos eleitorais. De qualquer forma, chama a atenção de que a maior parcela dos políticos profissionais nos ministérios acaba saindo por outros motivos que não as eleições. A maioria dos políticos nos ministérios brasileiros acabam saindo pela soma dos outros fatores: reformas ministeriais, escândalos, e crises políticas.

Entre os não políticos, o principal fator são as reformas ministeriais.

Nos governos do PSDB, questões pessoais, crise política e extinção da pasta foram responsáveis por cinco exonerações de não políticos cada.

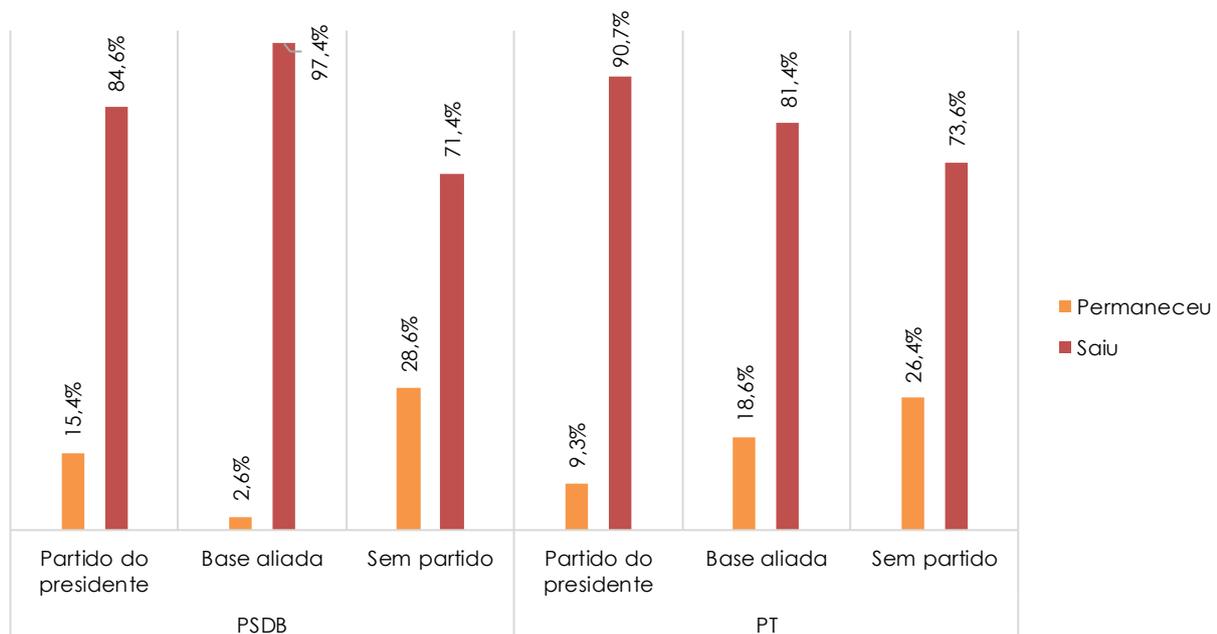
Já nos governos do PT, o segundo fator explicativo para as saídas de não políticos foram escândalos. Como já falamos acima, nas gestões petistas, crise política foi fator explicativo apenas para saídas antecipadas de políticos profissionais, e, em grande parte, do próprio PT.

Dividindo os ministros pela sua filiação partidária, identificamos uma grande proporção de ministros do PT exonerados durante os 12 anos de governo aqui analisados.

Nesse sentido, há algumas diferenças com o período anterior, visto que nos governos do PSDB, a taxa de permanência dos ministros tucanos ainda é maior que os da base aliada.

No Gráfico 4 comparamos as proporções entre os ministros a partir de sua filiação partidária.

Gráfico 4. Permanência e saída de ministros, por filiação (PSDB x PT)



Pearson Chi Square – PSDB: 10,345 (,006); PT: 6,510 (,039)

Número de casos – PSDB: 113; PT: 214

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (<http://observatory-elites.org/>)

O que mais impressiona no Gráfico 4 é justamente a taxa de demissão entre os ministros da base aliada durante os governos de Fernando Henrique Cardoso.

Dos 38 ministros filiados a partidos da base aliada durante os governos do PSDB, apenas um permaneceu até o fim do mandato presidencial. Trata-se do então ministro do Meio Ambiente Gustavo Krause, do PFL pernambucano, assim como seu parceiro político e então vice-presidente Marco Maciel. Krause, apesar de político profissional, tendo sido governador, deputado federal e

ministro da Fazenda no governo Itamar Franco, optou por não disputar as eleições em 1998. Chegado ao fim do mandato presidencial, foi substituído por José Sarney Filho.

Nos governos do PT, são pouco os correligionários que permaneceram durante todo o governo.

Entre eles, figuras centrais do partido como Guido Mantega (Fazenda), Paulo Bernardo (Comunicações e Planejamento) e Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência) permaneceram em tempo integral por dois mandatos.

Além deles, as poucas mulheres recrutadas em todo o período também ocuparam o cargo por, ao menos, um mandato presidencial. São elas Maria do Rosário (Secretaria de Direitos Humanos, em Dilma I), Marina Silva (Meio Ambiente, em Lula I), Miriam Belchior (Planejamento em Dilma I) e Nilceia Freire (Secretaria Especial de Políticas Para Mulheres, em Lula II).

A maior semelhança entre os dois governos ficou pela taxa de permanência dos ministros sem filiação partidária. Em ambos os governos, este foi o grupo que apresentou maior estabilidade. Mais de um quarto desses ministros permaneceu até o fim de seus respectivos governos.

A diferença com os demais grupos pode ser explicada pela menor tendência desse grupo em disputar eleições que, lembrando, é a segunda maior motivação para saídas antecipadas do gabinete. Conferindo nosso banco dados, verificamos que nenhum dos ministros sem partido disputaram eleições. Apenas um foi classificado como político profissional. Guilherme Gomes Dias (Planejamento, em FHC II) foi secretário municipal duas vezes seguidas, no momento exatamente anterior à sua nomeação no governo.

## Conclusões

Este trabalho possui um viés descritivo, visando explorar as motivações das saídas antecipadas dos ministros entre 1995 e 2014.

Nesse sentido nosso estudo carece de certas explicações, principalmente devido à ausência de volatilidade nos dados encontrados: diferente do que poderíamos supor, as diferenças entre os governos do PSDB e do PT são mínimas, tanto para as taxas de permanência quanto para as razões de saída antecipada do gabinete.

Certamente, outras informações ou uma metodologia que explorasse de forma aprofundada e menos matemática poderiam nos levar a dados mais robustos que revelariam diferenças entre um governo e outro.

De qualquer forma, chama a atenção o *padrão de instabilidade* apresentado pelos cinco governos analisados, o que sugere as saídas podem ser melhor explicadas à luz do sistema do que dos diferentes governos.

Assim nossas conclusões podem ser pontuadas da seguinte forma:

- i) Baixa taxa de permanência dos ministros, em que todos os governos apresentaram altos índices de instabilidade no gabinete, com poucas variações ao longo de 20 anos abarcados pela análise.

- ii) Reformas ministeriais cumprem importante papel no presidencialismo de coalizão brasileiro. Elas foram o principal fator de explicação para as exonerações ministeriais em todos os governos analisados.
- iii) Entretanto, ministros com carreira política prévia saem sobretudo por causa de eleições. Escândalos explicam uma parcela muito parecida de saída tanto de políticos quanto de não políticos.
- iv) Ministros sem partido foram os que apresentaram as maiores taxas de permanência. Muito devido à falta de ambição eleitoral desse grupo.

Procuramos contribuir para a compreensão da lógica no alto escalão do poder Executivo, não somente pelas estratégias de nomeação usadas pelo presidente, mas também identificando estratégias de rotatividade dentro dos cargos de confiança ao longo dos mandatos presidenciais.

Os resultados aqui descritos usam estatística descritiva e, a partir deles, não podemos tirar conclusões explicativas.

Porém, a constância de alguns fatores aqui apresentados mostra que os níveis de estabilidade e instabilidade nos ministérios brasileiros devem ser melhor elucidados à luz de nosso sistema de governo, visto que entre os governos de partidos diferentes as nuances são bem pequenas.

## Referências

- Amorim Neto, O., 2000. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. *Dados*, 43(3), pp.164–194.
- Camerlo, M., 2013. Gabinetes de partido único y democracias presidenciales: indagaciones a partir del caso argentino. *América Latina Hoy*, 64, pp.119–142.
- Fischer, J., Dowding, K. & Dumont, P., 2012. The duration and durability of cabinet ministers. *International Political Science Review*, 33(5), pp.505–519.
- Huber, J.D. & Martinez-Gallardo, C., 2008. Replacing Cabinet Ministers: Patterns of Ministerial Stability in Parliamentary Democracies. *The American Political Science Review*, 102(2), pp.169–180.
- Kam, C. & Indridason, I., 2005. The Timing Cabinet Reshuffles in Five Westminster Parliamentary Systems. *Legislative Studies Quarterly*, 30(3), pp.327–363.
- Pérez-Liñán, A. & Camerlo, M., 2013. Minister Turnover, Critical Events, and the Electoral Calendar in Presidential Democracies. In *Working Paper ICS*. p. 1 a 28.
- Praça, S., Freitas, A. & Hoepers, B., 2012. A Rotatividade dos servidores de confiança no Governo Federal brasileiro, 2010-2011. *Novos Estudos*, 94, pp.91–107.
- Schneider, B.R., 1991. *Politics within the State: Elite Bureaucrats and Industrial Policy in authoritarian Brazil* 1º., Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.

Recebido em 18 abril 2017. Aceito em 21 abril 2017.

**Paulo Franz** é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, pesquisador do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil e do Núcleo de Sociologia Política Brasileira. É bolsista capes. E-mail: [pfranzj@gmail.com](mailto:pfranzj@gmail.com)

como citar:

Franz, Paulo. 2017. Por que ministros são demitidos do gabinete? Uma análise dos governos do PSDB e do PT. **Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR**, v. 4, n. 4, p. 1-15. ISSN 2359-2826

## Normas para colaboração



A **Newsletter do Observatório de elites políticas e sociais do Brasil** aceita somente notas de pesquisa originais. Elas devem apresentar resultados substantivos de pesquisas empíricas a partir da análise de dados e evidências ainda não publicados. As notas de pesquisa devem conter até 4,5 mil palavras. A decisão sobre sua publicação cabe ao Editor a partir da avaliação de dois pareceristas. Os manuscritos submetidos serão avaliados através do sistema duplo-cego.

O resumo das notas de pesquisa deve ser redigido no formato IMRAD (introdução, materiais e métodos, resultados e discussão). O título da nota de pesquisa deve conter até 150 caracteres com espaços. Cada nota de rodapé deve conter no máximo 400 caracteres com espaços. As referências bibliográficas utilizadas serão apresentadas no final da nota de pesquisa, listadas em ordem alfabética obedecendo ao padrão Harvard autor-data.

As contribuições devem ser submetidas aos Editores através do endereço eletrônico: [uelites@gmail.com](mailto:uelites@gmail.com)

Copyright© 2017



observatory of brazilian political and social elites  
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

**Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR. ISSN 2359-2826**

**editores:** Adriano Codato (ufpr); Wellington Nunes (ufpr)

**conselho editorial:** Bruno Bolghesi (ufpr); Bruno Speck (usp); Cláudio Gonçalves Couto ( fgv-sp); Débora Messenberg (unb); Emerson Cervi (ufpr); Ernesto Seidl (ufsc); Flávio Heinz (ufpr); Frederico Almeida (unicamp); Lucas Massimo (ufpr); Luiz Domingos Costa (uninter/puc-pr); Maria Teresa Kerbauy (unesp); Paulo Roberto Neves Costa (ufpr); Pedro Floriano Ribeiro (ufscar); Renato Monseff Perissinotto (ufpr); Samira Kauchakje (puc-pr)

**Financiamento:** CNPq. Processo n. 477503/2012-8

**observatório de elites políticas e sociais do brasil**

universidade federal do paraná – ufpr

núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira – nusp

rua general carneiro, 460 sala 904

80060-150, curitiba – pr – brasil

Tel. + 55 (41)33605098 | Fax + 55 (41)33605093

E-mail: [uelites@gmail.com](mailto:uelites@gmail.com) ▪ URL: <http://observatory-elites.org/>

*One of the purposes of the observatory of elites is to condense knowledge and aggregate scholars in this field of study in Brazil through the sharing of information.*

#### **Rights and Permissions**

All rights reserved.

The text and data in this publication may be reproduced if the source is cited.  
Reproductions for commercial purposes are forbidden.

The **observatory of brazilian political and social elites** disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly. The findings, interpretations, and conclusions that they express are those of the authors and not necessarily those of the **observatory of brazilian political and social elites**.

**Newsletters** are available online at <http://observatory-elites.org/> and subscriptions can be requested by email to [uelites@gmail.com](mailto:uelites@gmail.com).